PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 68, DE 2024

Institui o Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços - CBS e o Imposto Seletivo - IS e dá outras providências.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº

O art. 451 do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 68/2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 451 Os benefícios relativos às Áreas de Livre Comércio estabelecidos neste Capítulo aplicam-se até a data aprazada à Zona Franca de Manaus, na forma do art. 92-A dos ADCT, devendo as vendas internas nas ALC's serem consideradas exportação na apuração CBS."

JUSTIFICATIVA

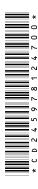
Propomos a adequação do período de vigência dos benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus (ZFM) e das Áreas de Livre Comércio (ALCs) para garantir isonomia entre essas regiões incentivadas, conforme a necessidade observada no art. 436 do PLP 68/2024:

Art. 436 Os benefícios relativos à Zona Franca de Manaus estabelecidos neste Capítulo aplicam-se até a data estabelecida pelo art. 92-A do ADCT.

Por sua vez o Ato das Disposições Constitucionais Transitórios – ADCT, diz:

Art. 92. São acrescidos dez anos ao prazo fixado no art. 40 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.





Art. 92-A. São acrescidos 50 (cinquenta) anos ao prazo fixado pelo art. 92 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Nesse sentido, como ambas as áreas demandam a aplicação do princípio constitucional da Isonomia, é necessário igualar os prazos, modificando a redação do art. 451, estendendo e atrelando o prazo de vigência dos benefícios das Áreas de Livre Comércio - ALC's também para 2073.

A emenda também prevê que as vendas internas ALC's sejam consideradas como exportação na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de maneira análoga ao que já ocorre no regime atual nas ALCs de Boa Vista e Bonfim, no estado de Roraima. Essa alteração se justifica pela necessidade de corrigir omissões em regulamentos existentes que têm gerado inúmeros questionamentos judiciais, ampliando a insegurança jurídica e fiscal tanto para o Governo quanto para os Contribuintes.

Sala das Sessões, em 09 de Julho de 2024.

Deputado JOSENILDO (PDT-AP)





Emenda de Plenário a Projeto com Urgência (Do Sr. Josenildo)

Institui o Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços - CBS e o Imposto Seletivo - IS e dá outras providências.

Assinaram eletronicamente o documento CD245978124700, nesta ordem:

- 1 Dep. Josenildo (PDT/AP)
- 2 Dep. Afonso Motta (PDT/RS) LÍDER do Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD *-(P_112403)



^{*} Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.